

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.065 - PR (2019/0288406-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ROSANGELA AMARAL BAYLAO ALVES**  
**ADVOGADO : JOABE PEREIRA FONCECA - PR061297**  
**AGRAVADO : FABIO DI CARLO DIAS**  
**AGRAVADO : FERNANDO DI CARLO DIAS**  
**ADVOGADO : CARLOS EDUARDO BLEIL - PR041025**  
**AGRAVADO : JACKSON LUIZ TONETTI**  
**ADVOGADO : RUBENS APARECIDO DE SOUZA JUNIOR - CURADOR ESPECIAL - PR073758**  
**INTERES. : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADOR : LUIZ FERNANDO BALDI - PR033623**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ROSANGELA AMARAL BAYLAO ALVES em face da decisão acostada às fls. 1029-1032 (e-STJ) que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

Essencialmente, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre sob os seguintes fundamentos: a) não se presta o recurso especial ao exame de suposta violação de dispositivo constitucional; b) inexistência negativa de prestação jurisdicional; c) incidência da Súmula 283/STF; c) aplicação da Súmula 5/STJ; e d) aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo em recurso especial, cuja minuta está acostada às fls. 1045-1060 (e-STJ), no qual, após relembrar os eventos da demanda, aduziam, em síntese que: a) houve violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15; b) que houve o devido cotejo analítico entre a legislação tida por violada e a fundamentação utilizada no acórdão recorrido; e c) a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ;

Contraminuta às fls. 1074-1094 (e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

**1.** A agravante não impugnou, especificadamente, a inadmissão do recurso especial por aplicação da Súmula 5/STJ.

O agravo em recurso especial que deixa de afastar os fundamentos que levaram à inadmissão do recurso não deve ser conhecido, nos termos do artigo 932, inc. III, do NCPC e na súmula 182/STJ.

É dever da parte agravante (à luz do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do CPC/15, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnaram todos os fundamentos do *decisum*.

A propósito, é o precedente da Corte Especial:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO**

ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018) [grifou-se]

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial, e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pela origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator